



53000.006806/2011	FM Studio 96 Ltda	FM	Curitiba	PR	Multa	6.020,59	Item 21 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 384, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.041019/2010	Rádio Excelsior S/A	OM	São Paulo	SP	Multa	15.113,68	Alínea "e" do Código Brasileiro de Telecomunicações e alínea "f" do item 12 do art. 28 c/c item 20 do art. 122 ambos do RSR	Portaria DEAA nº 385, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.050505/2010	Fundação Cultural Eclética Universal	OM	Santo Antônio do Descoberto	GO	Multa	3.448,16	Alínea "j" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 386, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.021946/2011	Rádio Difusora de Pirassununga Ltda	OM	Pirassununga	SP	Multa	2.786,39	Art. 48 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 387, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.062447/2012	Rádio Educadora de Frei Paulo Ltda	OM	Frei Paulo	SE	Multa	2.955,56	Item 21 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 388, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.068932/2010	Rede Regional de Radiodifusão Ltda	OM	Glória de Dourados	MS	Multa	1.970,38	Caput do art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 389, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.029795/2011	Rádio São Paulo Ltda	OM	São Paulo	SP	Multa	4.925,94	Item 20 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 390, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.068933/2010	Rede Sul Matogrossense de Emissores Ltda	OM	Caarapó	MS	Multa	2.298,77	Caput do art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 391, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.011370/2011	C.R. Radiodifusão Ltda	OM	Mandirituba	PR	Multa	3.448,16	Alínea "h" do item 12 do art. 28 c/c item 21 do art. 122, ambos do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 392, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.026110/2012	Rádio Clube FM de Nova Aurora Ltda	OM	Nova Aurora	PR	Multa	3.289,91	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 393, de 20/3/2013	Portaria MC nº 562/2011
53000.062446/2012	Rádio Educadora de Frei Paulo Ltda	OM	Frei Paulo	SE	Multa	2.955,56	Item 21 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 394, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.005703/2012	Canal Brasileiro da Informação CBI Ltda	TV	São Paulo	SP	Multa	5.746,93	Alínea "i" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 395, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.021853/2011	TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A	TV	São Paulo	SP	Multa	7.836,72	Alínea "h" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 396, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008
53000.015073/2011	Rádio Clube de Itapetininga Ltda	OM	Itapetininga	SP	Multa	2.627,17	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 397, de 20/3/2013	Portaria MC nº 858/2008

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE HONDURAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE ASIGNACIÓN FAMILIAR (PRAF) À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS OPERATIVAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO BRASIL"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Honduras (doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Honduras, assinado no dia 11 de junho de 1976;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de desenvolvimento social reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa a implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Programa de Asignación Familiar (PRAF) à luz das experiências operativas do Programa Bolsa Família do Brasil", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é o fortalecimento institucional do PRAF na execução do Programa Bono 10,000, tendo em conta a experiência do Governo brasileiro no Programa Bolsa Família.

2. O Projeto contemplará objetivos, atividades e resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (doravante denominada "ABC/MRE") como instituição responsável pela coordenação e pelo acompanhamento das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (doravante denominada "MDS") como instituição responsável pela execução e pela avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República de Honduras designa:

a) a Secretaria Técnica de Planejamento e Cooperação Externa (doravante denominado "SEPLAN") como instituição responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) ao Programa de Asignación Familiar (doravante denominado "PRAF") como instituição responsável pela execução e pela avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em Honduras as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber técnicos hondurenhos no Brasil para serem capacitados no MDS; e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República de Honduras cabe:

a) designar técnicos hondurenhos para participar das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Honduras.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes, que deverão ser prévia e formalmente consultadas em caso de publicação, bem como mencionadas no documento a ser publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à implementação do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes, por via diplomática.